



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades
Sub-eixo: Feminismo e Serviço Social

METODOLOGIA FEMINISTA PARA PENSAR GÊNERO E MEMÓRIA NO SERVIÇO SOCIAL

RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS ¹
ANA LOLE ²
CARLA CRISTINA LIMA DE ALMEIDA ³

RESUMO: Este artigo resulta da pesquisa “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social”, envolvendo Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que tem por objetivo evidenciar estudos feministas e de gênero nas décadas de 1980-1990 na profissão. Neste artigo abordamos a relevância de metodologias feministas nas pesquisas, ao tratar os fenômenos à luz das relações de gênero, raça e classe. Destacamos também contribuições dos estudos de memória, ao revelarem pontos de vista invisibilizados ao longo da história pelos condicionantes de classe, raça e gênero.

Palavras-chave: Metodologia feminista. Gênero. Feminismos. Memória. Serviço Social.

ABSTRACT: This article results from the research “For a

-
- 1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense
 - 2 Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica Do Rio
 - 3 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro
-

history of gender and feminisms in Social Work”, involving Fluminense Federal University (UFF), Rio de Janeiro State University (UERJ) and Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro (PUC-Rio), which aims to highlight feminist and gender studies in the 1980s-1990s in the profession. In this article we approach the relevance of feminist methodologies in research, when dealing with phenomena in the light of gender, race and class relations. We also highlight contributions from memory studies, as they reveal points of view made invisible throughout history by class, race and gender constraints.

Keywords: Feminist Methodology. Gender. Feminisms. Memory. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1984 Lélia Gonzalez escrevia:

A gente tá falando das noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui. (GONZALEZ, 1984, p. 226, grifos da autora).

É da memória que queremos falar. Se, como nos diz Lélia Gonzalez, a consciência se apresenta como o discurso dominante, “a memória tem suas astúcias” (1984, p. 226), ela se faz presente aqui e ali lembrando aquilo que o discurso dominante quer encerrar, calar.

Falar em Lélia Gonzalez, retomar seu nome significa de antemão nosso compromisso com um olhar não sexista e não racista. Aqui, é importante retomar autoras como Grada Kilomba (2020) e Audre Lorde (2019) para insistir na importância da fala – fundamental para pensar a questão racial, mas também para analisar os diversos sujeitos excluídos da possibilidade da fala e de um discurso reconhecido. Magali Almeida⁴ é um importante nome no Serviço Social brasileiro que

⁴ Magali Almeida, assistente social, é professora de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordena o Observatório de

também retoma essas questões.

Nossa pesquisa⁵ tem como um dos objetivos resgatar a memória de assistentes sociais precursoras no debate do gênero e feminismos na categoria. O interesse da pesquisa consiste em identificar ressonâncias do pensamento e ativismo feminista no campo intelectual do Serviço Social. Muito avançou a profissão no reconhecimento crítico de si mesma após a Reconceitualização. Mas não podemos deixar de enfatizar que esse avanço num primeiro momento não considerou de forma ampla as dimensões de gênero, raça, sexualidade ou geração, dentre outros marcadores possíveis. E aqui, mais uma vez, nos valem os ensinamentos de Lélia Gonzalez (1984): ao não abordar aspectos constitutivos do sujeito, como sua cor, gênero, sexualidade e idade, a produção do Serviço Social de certa forma revela um desconhecimento de si própria, ou seja, pouco se tem a dizer sobre as mulheres que a constituem, bem como as relações de poder que as atravessam.

Exatamente porque ele lhes nega o estatuto de sujeito humano. Trata-os sempre como objeto. Até mesmo como objeto de saber. É por aí que a gente compreende a resistência de certas análises que, ao insistirem na prioridade da luta de classes, se negam a incorporar as categorias de raça e sexo. (GONZALEZ, 1984, p. 232).

A discussão acerca da interseccionalidade⁶ nos traz grandes contribuições. Nesse sentido, a assistente social Carla Akotirene afirma que a interseccionalidade:

Racialidade e Interseccionalidade (ORI). Membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Serviço Social da UFBA. Doutora em Serviço Social pela PUC Rio (2011), com Doutorado Sanduíche Local CNPq pela Universidade Federal da Bahia (2011). Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1998). Professora aposentada da Faculdade de Serviço Social da UERJ, onde coordenou o Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro-Americanos (PROAFRO). Militante do Movimento Unificado Negro (MNU), participou de uma série de atividades e entidades no âmbito da profissão reivindicando a abordagem antirracista e feminista no Serviço Social. Magali foi uma de nossas entrevistadas na pesquisa.

- 5 Intitulada “Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social” tem por objetivo identificar os estudos feministas e de gênero no Serviço Social brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. A pesquisa é interinstitucional, envolvendo três escolas de Serviço Social no Rio de Janeiro (Brasil): a Universidade Federal Fluminense, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) (Cf. AUTORA; AUTORA; AUTORA, 2018).

⁶Sobre esse tema, ver Collins (2015); Crenshaw (2002). A noção de interseccionalidade nos é cara por poder captar a diversidade dos sujeitos. Não se entende aqui, é importante enfatizar a interseccionalidade como mera justaposição de desigualdades ou dimensões. Trabalha-se na perspectiva de uma relação não hierarquizada entre diversas categorias, como gênero, classe, raça-etnia, sexualidade, geração, necessidades especiais e territórios. Importante afirmar que não se trata de um apagamento das classes, mas a percepção de que “todas as relações sociais são conflituosas e que os processos de diferenciação criaram desigualdades sociais que para serem combatidas necessitam de uma articulação dos nexos econômicos, políticos, culturais, morais e simbólicos” (MOTTA, 2018, p. 79).

É uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. Infelizmente agora sofre os perigos do esvaziamento, pois caiu no gosto acadêmico das branquitudes. Fala-se muito de feminismo interseccional sem trabalhar o paradigma afrocêntrico, de forma desconexa da origem, fundamento e propostas epistemológicas das feministas negras. (AKOTIRENE, sd, sp).

A autora compreende a interseccionalidade como uma “oferenda analítica” cunhada pelas feministas negras e não tem dúvidas em afirmar que esta se encontra numa encruzilhada acadêmica. É essa oferenda um ponto de partida fundamental na construção de nosso estudo que busca não separar os processos ativistas da produção de conhecimentos. Não temos dúvida que isso nos aproxima também dos estudos decoloniais na perspectiva de Curiel (2020), pois compreendemos que a universidade precisa sair dos seus muros historicamente elitizados e coloniais, e contemplar os diversos saberes⁷. Mas a interseccionalidade não é nosso tema neste escrito. A partir da vivência e da escrita de nosso projeto o que queremos é pensar a importância da metodologia feminista para pensar gênero e memória no Serviço Social.

Para isso, devemos começar definindo o que entendemos como epistemologia feminista para, em seguida, avançar na reflexão de como essa metodologia nos inspira no resgate de memórias de mulheres.

2 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA COMO CAMINHO

Tomar a epistemologia feminista como caminho significa, em nosso entender, enfatizar as mulheres como sujeitos históricos, negando uma ciência neutra, objetiva e racional, normalmente escrita por homens, brancos, heterossexuais, ocidentais e ricos (PEREIRA e SANTOS, 2014; FREITAS e MEDEIROS, 2021). Patrícia Ketzer (2017, p. 103) afirma que:

Pensar uma metodologia feminista é assumir que a pesquisa é política, que os critérios epistêmicos são fortemente influenciados por questões políticas. Uma metodologia feminista busca analisar as relações de poder que permeiam a produção do conhecimento, considerando a busca de justiça social para as mulheres como principal tema de investigação.

7 Ver Miranda e Araujo (2019).

Esse é o mote de onde partimos para pensar a história do serviço social. Em nosso projeto destacamos a preocupação de Walter Benjamin (1994) de “escovar a história à contrapelo”, ou seja, ir contra algumas verdades estabelecidas, afinal, não podemos esquecer que a história é escrita por aqueles que são os vencedores, por aqueles que tem o monopólio da fala e da escrita. Audre Lorde (2019, p. 137) já afirmava que “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande”. A história hegemônica é construída a partir dos silêncios daqueles que não são os vencedores. Destruir esse silêncio, construir outras ferramentas, narrar essa história é uma forma de redimir aquelas e aqueles que foram silenciados. Dessa forma, entendemos que uma pesquisa feminista e ativista deve partir de indagações feministas, buscando pesquisar e ouvir a voz das mulheres, neste caso, das assistentes sociais. Isso implica compreender que saber quem pode falar e quem deve calar nos diz muito acerca daqueles que produzem conhecimento (LORDE, 2019; KILOMBA, 2020).

Sueli Carneiro (2011) reflete que a epistemologia define não apenas o que falar, mas quem **pode** falar. Numa profissão como a nossa que expõe como princípios fundamentais em seu Código de Ética a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993) e a defesa dos direitos humanos, assim como o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito enfatizando o respeito à diversidade não pode se furtar a olhar para si mesma e refletir quem são os sujeitos – as mulheres – que dão vida a essa profissão. Não se nega a importância da participação masculina nesse debate, mas não podemos silenciar acerca da experiência daquelas que compõem massivamente nossa profissão.

Por isso, também, a necessidade de refletirmos sobre a memória, esse “não-saber que conhece” (GONZALEZ, 1984, p. 226) e que possibilita reconstituir uma história que não foi escrita, mas que está presente. Re-contar uma história é ouvir outros pontos de vista, conhecer outras memórias é buscar dar visibilidade a outras vivências. O Serviço Social tem sua história feita a partir de mãos femininas. Partir

de uma análise macro nos permite compreender a conjuntura e a estrutura por onde essa história acontece. É uma perspectiva fundamental em nossa compreensão, mas entendemos que precisa ser complexificada.

A perspectiva feminista nos ajuda nesse processo ao possibilitar a inserção de importantes marcadores sociais, como gênero, raça, geração, sexualidades, territorialidades entre outros. Não podemos pensar a história do Serviço Social desconsiderando as mulheres que são sujeitas nessa história. Não se trata de uma metodologia “alternativa”, mas a perspectiva feminista se estabelece na definição dos objetos e objetivos de estudos, na forma de pensarmos a metodologia e na maneira que construímos nossas análises. Como afirma Rago (2019) é na luta pela visibilidade das lutas feministas que pode nascer um contradiscurso feminista, o que abriria espaço para a emergência de um campo feminista do conhecimento. Um movimento de “escrita de si” (RAGO, 2013) foi o que buscamos ao mergulharmos nas vidas dessas mulheres, a partir das memórias que fomos colhendo.

Concluindo, o feminismo em que acreditamos tem que ser necessariamente anti-racista, descolonial, anticapitalista, antiliberal, antiLGBTQIAfóbico, anti-heteronormativo e ecossocialista (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019). Por isso, ele é interdisciplinar (pois dialoga com os diversos saberes) e também indisciplinado – por isso, também é de resistência –, pois como aponta Santos (2006) vai de encontro aos cânones estabelecidos e busca trazer a tona “novos” temas – e, conseqüentemente, novas metodologias –; ou novas formas de utilizar/pensar os processos metodológicos.

3 MEMÓRIAS DE MULHERES COMO RESGATE DAS HISTÓRIAS DE UMA PROFISSÃO

Ainda no século passado Pollak (1989) nos falava acerca da noção de memórias em disputa – que também é, podemos dizer, uma história em disputa. A memória é um processo histórico e contraditório. Mas a memória não é um fenômeno homogêneo. Para além das “grandes” lembranças, existem aquelas

lembranças “menores”, ligadas aos nossos grupos de pertencimento, como as famílias, a escola, os colegas de trabalho. Ou seja, existem lembranças que são transmitidas a partir de nossas redes de sociabilidade afetiva e política. São memórias que podem correr subterraneamente, caso não encontrem espaço na sociedade mais ampla para serem compartilhadas. Mas o fato de não serem ditas não significa que não existam:

[...] a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, p.08).

A referência à Lélia Gonzalez aqui retorna. A contraposição entre consciência, que ela enfatiza, nos faz compreender melhor o raciocínio de Pollak.

É verdade que as memórias podem não ter uma linha reta, mas são perpassadas por um certo fio condutor. Pollak compreende que a história de vida, uma vez que é relatada posteriormente, tem o mérito de tentar ordenar uma experiência, por isso em seu entender podem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade⁸. Para Pollak (1992, p. 204), a identidade se produz em referência aos outros e aos critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade; o que significa dizer que “memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas”. Memória e identidade são valores em disputa – nunca uma essência imutável. Cada grupo briga para ver reconhecida a sua interpretação do passado e sua memória específica. Por isso, a utilidade do conceito de “trabalho de enquadramento da memória”⁹.

O debate hegemônico a partir de uma visão macro da história, apesar de trazer avanços para pensar a história do Serviço Social, impossibilitou um olhar mais acurado sobre as mulheres, sujeitos dessa história (LOLE, 2014; 2016). É esse olhar que procuramos conhecer. Buscamos, nesse sentido, uma outra chave explicativa para pensar a profissão. Não ignoramos a importância desses estudos e compreendemos a luta política necessária para manter esse campo. Afinal, manter a

⁸“Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p.204).

⁹Esse trabalho pode ser feito parcialmente pelos historiadores e, neste sentido, Pollak se refere aos “historiadores orgânicos”, no sentido dado por Gramsci.

coesão de um grupo não é uma tarefa fácil. A necessidade de manter a coerência interna e as fronteiras de um grupo são características essenciais de uma memória comum. Essa memória que é dividida com algumas pessoas estabelece diferenças em relação a outras, podendo chegar a situações contraditórias, onde se instaura uma disputa por uma “memória oficial” (HALBWACHS, 2013). É na busca da escuta por essas outras memórias que a história oral é um caminho a ser seguido.

Os silêncios existentes e discursos proferidos são moldados pelo que se pode ou não dizer e pela angústia de encontrar (ou não) uma escuta. São moldados também por vários medos: de ser punido pelo que se diz, de se expor a mal-entendidos, de que as pessoas se afastem, do que é publicável ou não. Nesse sentido, conversar com essas mulheres, revisitar suas memórias nos possibilitou ouvir histórias contraditórias, mas ricas em conteúdo – e que só são acessíveis ao nos colocarmos como ouvintes dessas histórias. A articulação entre história das mulheres e a metodologia da história oral nos parece óbvia. Pela escuta, podemos ouvir aquelas (e aqueles) que normalmente não teriam suas vozes ouvidas. Isso é importante para pensar a população que atendemos, mas também nós, enquanto assistentes sociais e mulheres – que são (somos) plurais. Essa pluralidade, essa diversidade que nos é cara e assegura a importância de captar essas vozes, resgatando outras histórias, saindo do perigo de uma história única (ADICHIE, 2019) – que não apenas é única, mas também empobrecedora da complexidade do mundo.

A importância da escuta aparece também em autores como Pollak (1989) e Meihy (2000) que sinalizam a importância da história oral e a perspectiva política e democrática presente desde seu surgimento. Acerca dos anos de 1980 e 1990, afirma Meihy, “a novidade de uma história oral de pessoas anônimas e a força das transcrições completas de depoimentos representou um avanço diferenciado da prática que prezava ‘a busca da verdade’ em detrimento do ‘registro da experiência’” (2000, p.92). Da mesma forma, Pollak aponta que “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’” (1989, p.04).

O Serviço Social é uma profissão historicamente composta por mulheres e que tem como público-alvo prioritariamente mulheres. Mas o fato é que a profissão, de uma maneira geral, tem refletido pouco acerca dessas dimensões. A leitura, hoje hegemônica na profissão¹⁰, tem na perspectiva marxista a chave para o entendimento da realidade e da leitura sobre a história profissional. Segundo Iamamoto e Carvalho (2011, p.16) a profissão “só é desvendada em sua inserção na sociedade capitalista, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho”. Essa linha constrói uma interpretação que permite apreender as implicações políticas, históricas e sociais do exercício profissional e as dimensões objetivas e subjetivas que permeiam o trabalho de assistentes sociais. Contudo, ainda que entendamos o quanto essa análise tenha sido fundamental para o autoconhecimento profissional, bem como das relações existentes na sociedade, compreendemos que ao privilegiar a perspectiva macroanalítica, essa visão colocou em segundo plano outras perspectivas teóricas que também podem ajudar a pensar o Serviço Social e os sujeitos dessa profissão – majoritariamente mulheres (KLEBA LISBOA, 2010; FREITAS et al., 2016).

É importante enfatizar que não compreendemos uma visão como necessariamente antagônica à outra, mas sim imputamos como importante a necessidade de agregar outros elementos, novas cores para pensar essa história, nossa história. Como afirma uma historiadora clássica, como Joan Scott (1992, p. 144), “reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra definições de história e seus agentes já estabelecidos como ‘verdadeiros’, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância no passado)”. A história das mulheres surge exatamente para pôr em evidência esses sujeitos e uma perspectiva outra da história onde os chamados pequenos eventos, o cotidiano e outros agentes sociais ganham importante dimensão de análise. E, neste sentido, é importante destacar as mulheres (principalmente as mulheres negras e pobres) como o outro numa história oficial androcêntrica e

10E aqui nos remetemos às considerações de Gramsci quando coloca o conceito de hegemonia como privilégio na produção simbólica, interferindo nas disputas de sentido na cena contemporânea. Pois o conceito de hegemonia é a combinação da força e do consenso, “que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 2011, p. 95).

branca.

Um conceito que optamos por trabalhar é o de “Sair” de Michelle Perrot (1991). Esse conceito se refere às saídas que caracterizam a vida das mulheres, seja o sair físico propriamente dito, como viajar, entrar num bar, estar nas ruas; seja o que ela intitula como “uma saída moral”; isto é, a fuga dos papéis de gênero atribuídos às mulheres (PERROT, 1991). Uma dessas saídas é o trabalho fora de casa¹¹. E o que a experiência traz? Pensando no serviço social, podemos afirmar que foi a partir dessas saídas que mulheres de camadas médias – mas também das camadas populares¹² – puderam conhecer outros mundos, outras realidades, vivenciar experiências, gerir fundos e instituições, contestando inclusive a gestão masculina (PERROT, 1991). A noção de experiência ganha relevância nessa análise. Como aprendemos com Joan Scott, é importante perceber as maneiras como as sociedades representam o gênero; é isso que ajuda a construir o sentido da experiência; “sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido” (SCOTT, 1990, p. 38). Isso ajuda a compreender as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. No seu uso descritivo o “gênero” é um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres. Por isso, a importância de um enfoque analítico para pensar a história.

Nossa pesquisa mostrou que nos anos de 1980 e 1990, já se iniciava uma crescente reflexão sobre a condição feminina no Serviço Social, ao se reconhecer a presença majoritária de mulheres, seja como profissionais, seja como usuárias dos serviços sociais. A pesquisa evidenciou a existência desses estudos e o início de uma tradição que, historicamente, teve pouca visibilidade no Serviço Social. O que percebemos foi que ainda que o tema não figurasse entre as principais questões que norteavam da categoria na época, havia espaços para relatos e reflexões nas principais revistas da categoria (AUTORA; AUTORA; AUTORA, 2021). A leitura das revistas aponta que a interlocução com estudos de gênero e feminismos já se

¹¹Embora não possamos deixar de enfatizar o fato que essas saídas não devem ser pensadas de forma geral. Não se pode esquecer os ensinamentos de Angela Davis ao falar sobre o cotidiano das mulheres negras (DAVIS, 2016).

¹²Cf. Freitas *et al.*, 2018.

iniciava neste momento e vinha, sobretudo, das reflexões do trabalho profissional¹³, mas também da militância.

Um dos legados dos estudos de gênero é a imbricação entre conhecimento e luta política, expressando uma estreita articulação entre estes estudos e o movimento feminista, fundamental para a visibilidade teórica e prática das mulheres dentro e fora da academia. No âmbito do Serviço Social, proliferam experiências de aproximação aos estudos de gênero não apenas por meio da inserção na militância política, mas por mecanismos de formação acadêmica em grupos e/ou linhas de pesquisa que amadurecem nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, especialmente nas Ciências Sociais. Muitas docentes foram buscar nessa área os elementos para articular conhecimentos feministas e de gênero no campo do Serviço Social, conforme buscamos mapear. Essa é a memória que buscamos resgatar. Memórias que também perpassam nossas próprias histórias, pois somos sujeitos nesse processo histórico.

Mas é importante concluir também falando que não basta ser mulher. O aprendizado vivido por todas nós nos conduz, em muitos momentos, a falar a partir dos quadros de ensinamento que fomos tendo ao longo da vida. Romper esse olhar – que é do homem, branco, baseado em conhecimentos europeizantes e, portanto, muitas vezes sexistas e racistas que é urgente em nosso entender. Caminhamos na construção desse artesanato intelectual (MARTINS, 2013; MILLS, 1972), mas sabemos que ainda temos um longo percurso pela frente.

4 CONCLUSÕES

O presente texto buscou contribuir para adensar as discussões sobre gênero e feminismos na história do Serviço Social e para o fortalecimento de uma agenda de pesquisas em Serviço Social numa perspectiva feminista para o Brasil e a América Latina. Na “pegada” dos estudos decoloniais, acreditamos na importância do registro dessas histórias e dessas memórias. Para isso, vemos como

¹³ Com destaque para a produção de Sônia Maria Heckert (1991), na época de grande repercussão na categoria.

fundamental o resgate de nossas especificidades. E isso não pode ser conseguido calando as mulheres que constituem essa profissão.

Acreditamos ter demonstrado existirem muitos indícios que apontam que essa história está mudando, reorganizando-se novos elementos para o processo hegemônico no âmbito profissional, que envolvam não apenas o debate de gênero, como classe, raça, etnia, geração e sexualidades.

A aproximação entre uma perspectiva marxista – que nos é cara – e o debate de gênero e interseccional pode trazer avanços para pensarmos o trabalho do Serviço Social. Essa aproximação se iniciou nos anos 1980 a partir de algumas professoras – as quais compreendemos como pioneiras – que através do feminismo e da militância antirracista vieram, pouco a pouco, construindo essa aproximação (mesmo que, às vezes, tenham pagado um preço por sair do pensamento hegemônico).

Neste momento, esperamos ter demonstrado que esse diálogo sempre esteve presente no Serviço Social e vem se adensando nos últimos tempos. É nosso desejo que esse movimento se aprofunde e, para isso, é importante conhecermos nossa história e as contribuições daquelas que começaram a trilhar esse caminho.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. Entrevista “O que é interseccionalidade”. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-que-e-interseccionalidade>. Acesso em: 20 jul. 2020.

AUTORA; AUTORA; AUTORA, 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas I**: Magia e técnica, arte e política. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 06/03/2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da->

[mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/](#). Acesso em: 07 set. 2020.

COLLINS, Patricia Hil. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. MORENO, Renata (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF, 2015. (Coleção Cadernos Sempreviva) Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista-1.pdf> Acesso em: 22 jul. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º sem. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTp4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?lang=pt> Acesso em: 22 jul. 2022.

CURIEL, Ochy. Entrevista: Ochy Curiel e o feminismo decolonial (Entrevista à Ana Paula Procópio da Silva; Magali da Silva Almeida; Renata Gonçalves). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 46, v. 18, p. 269-277, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52020> Acesso em: 22 jul. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Rita *et al.* História do Serviço Social – resgatando uma história de mulheres. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 42, v. 16, p. 228-246, 2º sem. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/39427> Acesso em: 20 ago. 2022.

FREITAS, Rita *et al.* Serviço Social e Diversidade Sexual: notas introdutórias. **Anais...** VIII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Juiz de Fora, 23 a 25 de novembro de 2016.

AUTORA; AUTORA; AUTORA. Por uma história do gênero e feminismos no Serviço Social. Projeto Interinstitucional de Pesquisa. Rio de Janeiro: UFF, UERJ, PUC-Rio, 2018.

FREITAS, Rita; MEDEIROS, Luciene. Epistemologia feminista e direitos humanos: considerações metodológicas. **Revista Serviço Social em Debate**, v. 4, n. 1, p. 86-104, 2021. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/5700> Acesso em: 22 jul. 2022.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-

[%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf](#) Acesso em: 20 jul. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HECKERT, Sônia Maria Rocha. Identidade e mulher no Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 12, n. 36, p. 55-73, ago. 1991.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 35 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KETZER, Patricia. Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. **Revista Argumentos**, ano 9, n. 18, Fortaleza, jul./dez. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/32159/1/2017_art_pketzer.pdf Acesso em: 22 jul. 2022.

KILOMBA, Grada. Descolonizando o Conhecimento: Uma Palestra-Performance de Grada Kilomba. Fonte: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/kilomba-grada-ensinando-a-transgredir.pdf>. Acesso em 28 ago. 2020.

KLEBA LISBOA, Teresa. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Katálisis**, Florianópolis, v.13, n. 1, p. 66-71, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 ago. 2022.

LOLE, Ana. **Emancipação para quem? Uma análise gramsciana sobre estudos de gênero e Serviço Social**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=25162@1> Acesso em: 22 jul. 2022.

LOLE, Ana. Gênero e Serviço Social: uma análise a partir do paradigma indiciário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 555-573, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dXnDxMgmhk78YrshtmTWbwf/?lang=pt> Acesso em: 22 jul. 2022.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica ed., 2019.

MARTINS, José de Souza. O artesanato intelectual na sociologia. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 1, n, 2, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 85-97.

MILLS, C. Wright. Do artesanato intelectual. In: MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1972.

[MIRANDA, Claudia](#); ARAUJO, H. M. M. Memórias contra hegemônicas e educação para as relações étnicorraciais: práticas decoloniais em contextos periféricos. **Revista Perspectiva**, v. 37, p. 378-397, 2019.

MOTTA, Daniele. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n. 11, p. 71-88, 2018.

PEREIRA, Maria do Mar; SANTOS, Ana Cristina. Introdução. Epistemologias e metodologias feministas em Portugal: contributos para velhos e novos debates. **Revista ex æquo**, n.º 29, Lisboa, p. 9-21, 2014. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/29-introducao-epistemologias-e-metodologias-feministas-em-portug> Acesso em: 22 ago. 2022.

PERROT, Michelle. Sair. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RAGO, Margareth. A aventura de contar-se – feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: ARRUDA, Heloisa Buarque de Hollanda (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SANTOS, Ana Cristina. Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos *queer* e movimento LGBT em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra/Portugal, n. 76, p. 91-108, dez. 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/867> Acesso em: 22 jul. 2022.

SCOTT, Joan W. A história das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **SOS CORPO**, Recife, 1990.

,

,